



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 12 (DOZE) DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE) DE FORMA VIRTUAL NA PLATAFORMA ZOOM

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e seis minutos, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, reunido virtualmente, na forma da convocação, em razão da impossibilidade de reunião presencial face a Pandemia da Covid-19, no seguinte endereço: <https://zoom.us/j/91863781024>, verificado o quórum com a presença dos sócios identificados que assinaram virtualmente o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento Interno), na forma da identificação e autorização de acesso constante da plataforma utilizada em caráter excepcional, foi declarada aberta a sessão pela presidente nacional, Dra. Rita Cortez, que compôs a mesa com a Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães e o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. Dra. Rita Cortez cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios e sócias identificados na plataforma tecnológica emergencial nessa nossa quarta sessão plenária virtual da Casa de Montezuma. A Presidente iniciou os trabalhos registrando e agradecendo a maciça presença de sócios e sócias na sessão solene virtual pelo transcurso dos 177 anos do IAB. Enfatizou que o mês em curso é o mês da advocacia brasileira, pela fundação dos cursos jurídicos no Brasil. A presidente, dando sequência à pauta, passou a palavra a secretária geral, Adriana Brasil Guimarães, que fez recomendação aos presentes sob as regras da sessão virtual para o melhor andamento dos trabalhos, esclarecendo que iríamos cumprir rigorosamente o tempo regimental e que a plataforma em uso foi adaptada para melhor aproveitamento e fluência dos trabalhos da sessão, realçando regras de utilização da plataforma zoom no que concerne, especialmente, ao fechamento dos microfones, lembrando as disposições



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

do Regimento Interno do IAB: os relatores terão o tempo regimental de 10(dez) minutos para apresentação dos pareceres e os consócios que desejarem esclarecimentos gozarão de 3(três) minutos para intervenção, mediante inscrição prévia pelo chat(sala de bate-papo) que será controlado pela secretária geral, sendo esclarecido que ao final desse tempo a palavra será cortada automaticamente com aviso prévio ao orador faltando um(1) minuto, tendo sido devolvida a palavra à presidente Rita Cortez.. A presidente, na sequência, passou a palavra ao Diretor Secretário Laért Vieira, que anunciou os eventos agendados para a semana de 13 a 21 de agosto de 2020, referindo o que vem sendo realizado pelo Instituto, em que pese as limitações da crise sanitária, registrando *leves ewebinars* recentemente ocorridos e por se realizar como anunciado, recomendando a todos visitar com frequência o *site* e a TV IAB no *youtube*, além das mídias sociais onde o Instituto marca presença. A presidente retomou a palavra e fez alusão ao evento hoje realizado sobre a defesa da democracia com ministros aposentados do STF e Vice-Presidentes do IAB, numa parceria do Instituto com o Instituto Victor Nunes Leal. Registrou posição da ministra do STF Carmen Lúcia que atribuiu a responsabilidade pelos 100 mil brasileiros vitimados pela Covid-19 ao governo e ao empresariado. Convidou a todos para a sessão extraordinária de posse de 9(nove) novos membros efetivos no dia 14 de agosto de 2020, às 17h. Dando sequência aos trabalhos, a presidente Rita Cortez, diante da ausência de impugnação, deu por aprovada a Ata da sessão anterior. Cumprindo a pauta, a presidente anunciou a seguinte **INDICAÇÃO: Pagamento de parcelas de contrato de crédito consignado. Suspensão temporária de pagamentos. Emergência de saúde pública (COVID19).** **EMENTA:** Proposta de indicação, em caráter de urgência, sobre o Projeto de Lei 1328, de 2020, dispondo sobre a alteração da Lei n 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, com suspensão temporária de pagamentos das prestações das



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da Infecção Humana pelo corona vírus (COVID19), autora: Dra. Isabella Franco Guerra e Dra. Rita Cortez, convidando o Dr. João Lima, da Comissão de Direito Empresarial do IAB para defender pertinência temática da Indicação justificando a ausência do indicante em razão de problemas de saúde. O Dr. João Lima esclareceu tratar o PL 1328/2020, de autoria do Senador Oto Alencar (PSD/BA), já aprovado no Senado e enviado à Câmara dos Deputados em 4.8.2020, onde se aumentou a suspensão para estendê-la a outras situações, incorporando vários Plus que foram apensados ao PL original. O Diretor Secretário pediu a palavra, para solicitar o encaminhamento da Indicação também à Comissão de Direito do Consumidor. O Dr. Sérgio Santana também esclareceu que iria requerer o encaminhamento da Indicação à Comissão de Direito Constitucional, mas acataria a decisão da presidência. O Dr. Jorge Falena, manifestou-se entendendo realmente tratar de matéria de Direito do Consumidor. Dr. Armando de Souza manifestou-se entendendo que a presidência deveria encaminhar a questão como melhor aprouvesse. O secretário Laért Vieira retomou a palavra requerendo que a presidente apenas assegurasse a faculdade das comissões que guardassem afinidade com o tema se manifestassem concomitantemente e no mesmo prazo. A presidente colocou em votação a pertinência que restou aprovada: 100%-sim; 0%-não, franqueando à comissão de Direito de o Consumidor manifestar-se. Dando prosseguimento aos trabalhos, a presidente anunciou o **PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Parecer na Indicação 020/2020 - Impeachment do Governador do Rio de Janeiro.** Autores: Dr. Sérgio Francisco de Aguiar Tostes e Dra. Rita Cortez. **EMENTA:** Exame da motivação jurídica de deferimento de abertura de *impeachment* contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel pela ALERJ. Exame da constitucionalidade do § 3º do art. 78 da Lei nº 1.079/1950. **Relator:** Dr. Fabio Martins de Andrade. Convidou o Dr. Sérgio Sant'Anna para relatar, o qual



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

iniciou, lamentando as mortes, face a negação da ciência e falta de articulação política do governo. Dr. Sérgio Santana acolheu parte do parecer produzido por Fábio Martins de Andrade, membro da Comissão de Direito Constitucional, que também reconheceu a regularidade da abertura do processo pela Alerj. O presidente da comissão e relator na sessão, porém, divergiu da opinião do colega, que considerou constitucional o dispositivo da Lei Federal 1.079/50 que trata dos processos de impeachment dos governadores. Esse seu entendimento quanto a inconstitucionalidade obteve a maioria dos votos na comissão. Informou se tratar a questão de qualificação jurídica política feita pelo parlamento, conforme obra clássica de Paulo Brossard sobre o tema. O ponto mais debatido foi o Poder Judiciário ter assento e a possibilidade de julgar, não existindo qualquer julgado sobre a questão na jurisprudência do STF. Em seu voto-vista, Sérgio Sant'Anna ressaltou que, embora a decisão a respeito da instauração de processo de impeachment seja de competência privativa da presidência do Poder Legislativo estadual, o presidente da ALERJ compartilhou a responsabilidade com os demais parlamentares. "A medida fortaleceu institucionalmente aquela casa legislativa, retirando o peso solitário da canetada monocrática", afirmou o relator. O placar da eleição na ALERJ, onde eram necessários dois terços dos votos dos 70 parlamentares, foi de 69 x 0 pela abertura do processo. Foi analisado também a constitucionalidade do artigo 78, § 3º, da Lei Federal 1.079/50, que regulamenta o impeachment. O dispositivo estabelece que, no caso de processo de crime de responsabilidade atribuído a governador, o julgamento será feito por um tribunal especial composto de cinco membros do Legislativo e cinco desembargadores, sob a presidência do presidente do Tribunal de Justiça do estado. Entendeu-se inconstitucional esse dispositivo, por se tratar de procedimento exclusivamente de natureza política, sendo inadmissível a participação de integrantes do Poder Judiciário no julgamento, entendendo que o tribunal especial, previsto na lei



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

editada em 1950, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e a análise de sua constitucionalidade jamais realizada pelo STF. Disse que corremos o risco, ao instalar o tribunal especial, de consagrar violação ao princípio da separação dos poderes e se promover insegurança jurídica, pois seria um paradoxo admitir a participação de integrantes do Poder Judiciário atuando como magistrados nesse tipo de análise em julgamento político, sobretudo, quando eventuais recursos judiciais a serem propostos, por ocasião de divergências na atuação do tribunal especial durante o julgamento, seriam enfrentadas pelo próprio Judiciário. Foi esclarecido que ao Judiciário cabe apenas a verificação da observância dos princípios fundamentais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, devendo funcionar como mero orientador jurídico dos parlamentares durante o processo de julgamento do impedimento, sempre de forma independente e equilibrada. De acordo com o relator, seria preciso fazer uma "interpretação simétrica" do parágrafo único do art. 52 da Constituição Federal. Com base no dispositivo, a sessão de julgamento no Senado de impeachment do presidente da República é presidida pelo presidente do STF, e a condenação proferida somente com, ao menos, dois terços dos votos favoráveis dos senadores. Assim, o julgamento político de governadores de Estados deve seguir o mesmo critério, atuando o presidente do Tribunal de Justiça como presidente da sessão. Colocada em votação o parecer foi aprovado: 87%-sim; 3%-não; 0%-abstenção. O parecer será encaminhado à presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), para que a Comissão de Estudos Constitucionais avalie a possibilidade de ingresso com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no STF, questionando eventual violação da Constituição Federal pela Lei 1.079/50. Cumprindo a pauta, a presidente anunciou a **PROPOSTA DE SÓCIA PARA SER VOTADA: MEMBRO EFETIVO PROPOSTA: DRA.MARISA CHAVES GAUDIO, PROPONENTES: DRA. RITA DE CÁSSIA SANT'ANNA CORTEZ E DR. RONALDO CHAVES GAUDIO.** Submetida à votação, restou aprovada a proposta: 96%-sim; 4%-não.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels. (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

A presidente agradeceu a todos os consócios e consocias, parabenizando a todos pelo transcurso do mês da Advocacia brasileira, se congratulando por vê-los bem e com saúde e recomendando a todos que visitem o nosso site e participem de nossas atividades. Nada mais havendo a tratar, às 19:21h a presidente da mesa, Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, declarou encerrada a sessão eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Rita de Cássia Sant'Anna Cortez

Presidente do IAB Nacional

Antônio Laért Vieira Júnior

Diretor Secretário do IAB e Secretário da sessão